

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE  
BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS  
GRUPO DE TRABALHO DE ARQUIVOS

2.º ENCONTRO NACIONAL DE  
ARQUIVOS MUNICIPAIS

Montemor-o-Novo, 23 - 25 de Novembro de 1988

*ACTAS*



associação portuguesa  
de bibliotecários arquivistas e documentalistas  
LISBOA - 1992

## Considerações sobre a Conservação e Restauro nos Arquivos

LUÍSA ALMEIDA E SOUSA

A documentação dos Arquivos Municipais constitui uma fonte valiosíssima para o estudo da história local, usos e costumes dos seus habitantes, organização da sociedade, a qual, no entanto é quase ignorada por muitos investigadores.

Esta situação é devida à fraca sensibilidade existente neste país, relativamente ao valor da documentação, se exceptuarmos pergaminhos e documentação anterior ao século XVIII, e levando a atitudes de indiferença quanto à sua conservação e preservação, o que ocasiona o seguinte:

- escassa dotação orçamental destinada aos arquivos;
- escassa dotação de pessoal, ou pessoal sem habilitações adequadas ou cujos interesses vocacionais não estão dentro desta área, originando assim desmotivação e mesmo frustração;
- falta de reciclagem dos funcionários dos arquivos, exceptuando nos grandes centros urbanos, não dando oportunidade daqueles se manterem a par da evolução da área da Arquivística;
- falta crónica de espaço que impede o Arquivo de incorporar documentação no seu fundo, contribuindo para a sua degradação e ocasionando constantes mudanças que são igualmente um dos factores de deterioração da documentação;
- más instalações, em caves, sótãos, barracões, que deixam a documentação à mercê de infiltrações, inundações, ratos, insectos, fungos, bactérias que põem em perigo a sua preservação.

As perguntas ao inquérito promovido pelo subgrupo dos Arquivos da BAD são o reflexo desta situação: dos 81 concelhos do continente que afirmaram ter arquivo histórico, somente 27 tinham instalações próprias, 16 estavam instalados

junto às bibliotecas ou outros serviços municipais, 10 não tinham instalações próprias, 3 estavam a ser transferidos para instalações próprias, 1 estava repartido por vários edifícios, 4 tinham o arquivo em depósitos.

Ora, se as atribuições do arquivo são a recolha, conservação e difusão da documentação que se encontra sob a sua custódia, é impossível levá-las a cabo nestas circunstâncias.

Que poderemos nós fazer para alterar este quadro? Poderemos ficar a lastimarmo-nos indefinidamente? Julgo que não.

É necessário procurar uma solução global, eficaz e exequível. É preciso que nos convençamos que a preservação não passa unicamente pelo restauro, mas também e principalmente pela criação de condições que evitem a degradação dos documentos, pelo que é necessário que os arquivos tenham boas instalações e, sobretudo, bons depósitos para acondicionar a documentação, seja esta histórica ou administrativa, pois a documentação administrativa de hoje será a histórica de amanhã.

Há, pois, que dotar os Arquivos Municipais de boas instalações.

A condição *sine qua non* para a preservação da documentação é possuir o arquivo um edifício onde instalar a sua documentação, o qual pode ser construído de raiz ou adaptando para esse fim um edifício antigo, com depósitos dotados das seguintes condições:

- paredes exteriores duplas ou de grande espessura proporcionando um isolamento térmico e higromético, construção anti-sísmica;
- janelas de dimensão reduzida e nunca voltadas para o lado Sul, a fim de evitar a entrada dos raios solares e sua incidência directa nos documentos;
- revestimento do chão com um verniz ou com cimento com limalhas de ferro para se evitar a formação de poeiras;
- sistema de ventilação equipado com filtros a fim de evitar a entrada da poluição nos depósitos e manter a temperatura (18°-22° C) e a taxa de humidade (30%-60%) a um nível constante;
- sistema de detecção e extinção de incêndios ligado ao quartel de bombeiros da zona;
- portas corta-fogo e extintores de incêndio;
- instalação eléctrica feita de acordo com as normas dos bombeiros;
- instalação nos arquivos de uma câmara de expurgo, a fim que toda a documentação antes de ser incorporada seja desinfectada;
- as estantes devem ser, de preferência, em metal, ou então, em madeira tratada com produtos fungicidas;

- uma escolha criteriosa das caixas e mais material de arquivo executados com componentes seleccionadas (cola fungicida, papel alcalino de boa qualidade) evitariam aborrecimentos e despesas futuras.

Outra das causas que leva ao deterioramento da documentação, é a crónica falta de espaço existente nos Arquivos que ocasiona mudanças constantes, deteriorando-a e desmotivando o pessoal a que urge pôr cobro, não só calculando a capacidade dos depósitos em mais de 50% do que a existente à data da construção mas também conseguindo mais espaço através de:

- inutilizações, de acordo com a legislação em vigor;
- microfilmagem de substituição da documentação que tem valor secundário mas de que interesse conservar a informação.

A microfilmagem é também um meio extremamente eficaz para combater factores de deteriorização da documentação, tais como o manuseamento e as fotocópias. A documentação muito requisitada ou fotocopiada, deveria ser microfilmada e os microfilmes seriam dados à leitura, podendo-se sempre dar fotocópias através do microfilme.

Para se conseguir uma microfilmagem sistemática de toda a documentação com valor secundário, por razões de segurança, não nos podemos esquecer que Portugal está situado numa zona sísmica, e atendendo à escassez de recursos, julgo que é imprescindível a criação de um Plano Nacional de Microfilmagem, que seria implementado no país pelo IPA, através de:

- um Gabinete Nacional de Microfilmagem, cujas atribuições seriam:
  - coordenação da execução do Plano;
  - fiscalização da qualidade dos filmes;
  - armazenamento das matrizes que forneceriam cópia aos Arquivos possuidores de documentação microfilmada e os substituiria em caso de necessidade.
- Gabinetes de Microfilmagem a nível distrital ou regional com as seguintes atribuições:
  - microfilmar a sua documentação, como é óbvio, e a de grandes formatos pertencentes a Arquivos da área jurisdicional do distrito;
  - ter equipas móveis de pessoal qualificado, e equipamento adequado para proceder à microfilmagem *in loco*, sendo a revelação executada pelo Gabinete.

Os Gabinetes de Microfilmagem seriam implementados junto dos Arquivos Distritais/Regionais, estudando-se todavia os problemas que cada caso possa oferecer.

Tomadas estas medidas juntamente com as de uma higiene que garanta a salubridade dos locais de trabalho, a desinfestação do Arquivo pelo menos uma vez por ano, na Primavera, a desratização sempre que necessária, pode-se promover a preservação da documentação.

Até aqui tratámos da profilaxia, na preservação de documentação, ou seja, das condições que assegurem uma preservação eficaz, agora iremos abordar as condições necessárias ao seu tratamento, o restauro, que perante o quadro da situação dos Arquivos Municipais é talvez o que melhor corresponde às necessidades a curto prazo.

Na área do restauro em Portugal, não há qualquer organismo estatal que assegure eficazmente o restauro da documentação, o que se me afigura muito grave dado o seu estado de degradação.

Há que implementar uma estrutura que corresponda à situação existente e dar-lhe meios quer humanos quer orçamentais para o poder concretizar.

Na minha opinião, dever-se-ia implementar uma rede de Gabinetes de Restauro por todo o país, coordenada pelo IPA:

- um Gabinete Nacional de Restauro que integraria, obviamente, um laboratório para apoio técnico e investigação;
- Gabinetes de Restauro a nível distrital ou regional;
- Gabinetes de Restauro a nível concelhio.

As suas atribuições seriam as seguintes:

- O Gabinete Nacional de Restauro dos documentos mais valiosos e mais danificados, daria apoio técnico, formaria e reciclaria o pessoal dos outros Gabinetes, e o Laboratório de Apoio Técnico e Investigação daria apoio Técnico ao Gabinete Nacional de Restauro, aos demais Gabinetes de Restauro e, simultaneamente faria investigação sobre durabilidade dos suportes, acção dos factores de degradação, etc.;
- Gabinetes de Restauro Distritais/Regionais fariam o restauro de documentos do seu Distrito/ Região, sensibilizariam os possuidores de documentação para a sua preservação e fariam a reciclagem do pessoal dos Gabinetes de Restauro a nível concelhio;

- Gabinetes de Restauro a nível concelhio seriam os de primeiros socorros que se limitariam à limpeza dos documentos, tirar a fita-cola e colas dos documentos, verificar o Ph do suporte.

Penso que seria de boa política, dada a escassez dos nossos recursos materiais e humanos, aproveitar as estruturas que temos, pelo que as atribuições do gabinete de Apoio Técnico e Investigação seriam asseguradas pelo Laboratório do Instituto José Figueiredo, os Gabinetes de Restauro Distritais/Regionais seriam igualmente implementados junto dos Arquivos Distritais, estudando-se, todavia, os problemas que cada caso possa oferecer.

Estas estruturas não abrangeriam arquivos de média dimensão nem o da Câmara Municipal de Lisboa e Câmara Municipal do Porto para os quais se elaborariam projectos especiais.

Penso que é absolutamente necessário para a preservação do nosso património documental a implementação dos Gabinetes de Restauro e o Plano Nacional de Microfilmagem a curto prazo, bem como uma política que tenha como objectivo a construção de novos edifícios ou a adaptação de edifícios antigos a arquivos, nos concelhos, elaborando o IPA um programa à semelhança do da Leitura Pública, com o objectivo de dotar os arquivos municipais de boas instalações e pessoal qualificados.

Dadas as dificuldades orçamentais e receando-se que as mesmas não possam nos tempos mais próximos solucionar-se com a urgência que o estado de degradação da documentação impõe poder-se-ia obviar esta situação, à semelhança do que tem sido efectuado a nível nacional noutras situações, inscrevendo um projecto desta natureza no organismo governamental competente de forma a ser financiado pelo Fundo Social Europeu.

A situação calamitosa da documentação nos Arquivos Municipais levou-me a reflectir nesta problemática e a formular uma achega com o objectivo de se encarar oficialmente, em definitivo, uma solução para que se ponha cobro a tão lastimável realidade.